

NECESSIDADE DO ALIMENTANDO — POSSIBILIDADE DO ALIMENTANTE - PENSÃO ALIMENTÍCIA**EMENTA**

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA^a VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE (qualificação), portador da Cédula de Identidade/ RG nº e CPF/MF nº, residente e domiciliado nesta, na Rua nº, Bairro, por suas advogadas que esta subscrevem (procuração anexa), com escritório profissional nesta, na Rua nº, onde recebem intimações e notificações, com fulcro no que dispõe o art. 15 da Lei nº 5.478, de 25 de julho de 1968 e no Código Civil, vem mui respeitosamente perante Vossa Excelência, propor AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS contra, (qualificação), residente e domiciliada nesta, na Rua nº, bairro e seus filhos e, pelas razões fáticas e jurídicas abaixo aduzidas: 1. DOS FATOS 1.1. O Requerente firmou acordo com a Requerida, nos autos de Ação de Alimentos nº, no montante de 1/3 (um terço) de seus rendimentos líquidos (doc. nº). 1.2. Ocorre que dito foi perfeitamente cumprido pelo Requerente até de, ocasião em que deixou de fazer, porque foi despedido a, conforme faz nova a anotação da rescisão contratual às folhas da CTPS (doc. nº). 1.3. Diante de tal situação, o Autor mudou-se para, na tentativa de conseguir trabalho. Entretanto, não obteve êxito, e obrigou-se a retornar para, em de, em circunstâncias de extrema miserabilidade. 1.4. Ao voltar para....., ocasião em que se encontrava desempregado, passou a morar com a genitora de sua concubina, em companhia desta e de (....) filhos menores, em uma pequena casa, incapaz de acomodar a todos, sequer com o mínimo de conforto. 1.5. Posteriormente, na data de, o Requerente passou a trabalhar na, recebendo o salário mensal de R\$ (....), conforme já juntado com a petição de folhas, cópia da CTPS. Em, todavia, foi obrigado a demitir-se de seu emprego, uma vez que com a remuneração auferida tornou-se impossível manter a si e sua família, eis que tal valor não é suficiente até mesmo ao atendimento das necessidades básicas inerentes a qualquer ser humano. Assim é que, teve sua situação agravada, uma vez que necessitou deixar a casa da mãe de sua companheira, passando, inclusive, a morar na residência de seu compadre, tendo que pagar para o mesmo R\$ (....), a título de moradia e alimentação, além de ainda possuir a despesa com o custeio com o ônibus para o trajeto ida-volta ao trabalho. 1.6. Diante da hipótese de penúria, o Requerente contraiu empréstimo do Sr. no valor de R\$ (....) até que conseguisse obter outro emprego. O documento que comprova tal afirmativa também foi juntado aos autos de execução de alimentos. 1.7. Posteriormente, a foi admitido pela, passando a receber mensalmente a quantia de R\$ (....). Cumpre salientar, que é com este montante que o Autor mantém a si e sua família, e ainda está pagando o empréstimo contraído. Com efeito, tal salário não tem sido suficiente nem mesmo para manter sua família, ademais para pagar o referido empréstimo. Sendo que, o Requerente e seus familiares vem passando por sérias necessidades e privações. 1.8. Além dos fatos narrados, salienta-se, ainda, que está sendo executado por algumas prestações em atraso, as quais não foram pagas, repisa-se, pelos motivos já expostos. 1.9. Entretanto, ao contrário do que aconteceu com o Requerente, houve uma modificação bastante sensível na situação financeira da Requerida. Com efeito, à época em que foi fixada a pensão, a Requerida não trabalhava. Portanto, na ocasião não possuía meios para manter a si e aos filhos. Ocorre que atualmente a Requerida encontra-se empregada, ocupando o cargo de, recebendo a quantia de R\$ (....) mensais, o que, cumpre elucidar, é superior ao que recebe o Requerente em seu atual trabalho. 1.10. Desta forma, evidentemente, houve uma grande modificação nas fortunas do devedor e da credora, o que passa então, a não mais justificar o fato de o Requerente ver-se obrigado a mensalmente subtrair do sustento de sua atual família tamanho montante, mesmo porque tornou-se evidente que ele não

possui mais condições de fazê-lo. 2. DO FUNDAMENTO JURÍDICO DO PEDIDO O Requerente busca a proteção da tutela jurisdicional com fulcro no artigo 15 da Lei 5.478/88 e no Código Civil. 3. DO PEDIDO Em face do exposto, requer a Vossa Excelência: 3.1. A citação da Requerida para todos os termos da presente ação, contestá-la se o quiser, sob pena de revelia e confissão. 3.2. A intimação do Douto Represen